



NORDESTE



"São os do Norte que vêm..."

São João do Nordeste

MAURO MOTA

A GRADEÇO o honroso convite do Rotary Clube do Recife, convite que me traz ainda o sentido de uma reconciliação. São João andava meio brigado comigo. Numa destas noites, escrevi uma nota contra o bombardeio de Junho no Recife. Estampidos de transvalianas por todos os cantos da cidade. Nas ruas do centro, na zona residencial, na área das maternidades e dos hospitais. A malandragem de fogo aceso incendiando o repouso de crianças e adultos, de bons e doentes. Ninguém podendo mais dormir o seu «soninho sossegado».

Era como se o diabo andasse solto de noite. Explosões de rebentar os timpanos das estátuas nas praças e de fazer taquicardia até nos corações de Jesus das casas de família.

A nota foi mal compreendida. Julgaram o pobre autor do contra em matéria de tradição que ele de certo modo defendia. Porque, no seu humilde entender, tradição é coisa bem diferente de metralhar os bairros com «cabeça de negro», insistentemente, de modo a deixar a população quase doída. E nenhuma tradição é mais querida no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, do que a sanjoanesca.

Ela é antiga no Brasil. Vem das origens, do começo da colonização. Vem das crenças que nos comunicaram os povoadores portugueses, já mencionados pelos primeiros cronistas.

E, entre os primeiros cronistas, Frei Vicente Salvador, já em 1627.

Passado o período de «fervor e devoção», dos indígenas pelos atos religiosos, «era necessário levá-los à Igreja. Espontaneamente («todos com muito boa vontade») só compareciam quando havia novidades, «como dia de São João Batista, por causa das fogueiras e capelas». (1)

Não falamos, contudo, numa tradição puramente ibérica. Encontramo-la em outros países europeus. Pelo menos através das fogueiras escandinavas em honra de Freya (que os holandeses iriam acender também durante o período da ocupação em Pernambuco) e das fogueiras levantadas nas aldeias francesas e também nos subúrbios de Paris até o reinado de Luiz XV.

Na praça fronteira ao «Hotel de Villes», a lenha não era queimada morta. Era toda uma árvore viva a que lançavam fogo como a uma Jeanne D'Arc vegetal. As cinzas o povo guardava como reliquia.

Talvez, para fugir ao sacrifício iniciado, a árvore tentasse subir pelos próprios galhos e refugiar-se na copa mais alta. Tudo inútil. As chamas traziam-na lá de cima para acabar de devorá-la no chão. Sobre as chamas despejava-se um saco de gatos sem dono, caçados pelas margens do Sena.

Os dolorosos miados e o cheiro de carne torrada marcavam a nota mais alta dos festejos. Mais alta para a canalha miúda. Porque, quando o rei comparecia, incendiava-se uma raposa em homenagem a sua majestade.

Essa prática foi um exagero apenas local, pois não coincide com a lenda, de origem das fogueiras, de São João: as

achas que Santa Isabel acendeu para avisar a Maria o nascimento do filho, seis meses antes do de Jesus.

Nada tinha a ver o precursor com gatos e raposas. Outros foram os bichos de sua fauna cristã: o cordeiro nos ombros e os gafanhotos que liturgicamente se suicidavam, lambusando-se de mel silvestre e voando à boca do santo quando a boca se abria na pregação do deserto.

zam-no pelos fracassos com as namoradas:

«As moças não me querendo
dou pancadas no santinho»

Acha o mestre de Apipucos impossível conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre o devoto e o santo.

ciava no jornal «O Carapuço»: «Por toda parte (em Pernambuco) arrancam bolos, tiram-se sortes e soltam-se foguetes... A gente do meuchalho não deixa de festejar o São João a seu modo».

Mas, em 1860, esse entusiasmo começou a esfriar com a primeira postura municipal, proibindo fogueiras na cidade, «sob pena de vinte mil réis de multa e o duplo na reincidência». (3)

Na paisagem vegetal nordestina, precisamos acrescentar esta informação: o milho é uma cultura de São João. O carneiro manso de João vigia. Não come os grãos nem as folhas tenras. De João é o milho verde nos roçados, a safra das espigas na puberdade, o milho verde dos pratos regionais da época: o milho assado, o milho cozido, a pamonha e a canjica de sabor incomparável em nossa região. A canjica derramada nas melhores travessas dos guarda-louças familiares e prestando-se a certas homenagens e a certos galanteios. Em cima da canjica, desenhadas à canela, as iniciais do dono da casa só para abrir o precedente dessa técnica joanina de polvilhar. Com mais gosto e mais requinte, aparecem as primeiras letras e às vezes o nome todo do primo rapaz, do estudante em férias, do jovem promotor público da comarca, convidado para a ceia. As primeiras letras ou o nome por extenso de «todo o que amor, que sonho, que flores» das moças empenhadas na culinária sentimental.

Sendo uma cultura de São João, o milho é uma cultura religiosa do Nordeste. À margem de um pedaço de terra para semeá-lo por conta própria, os nossos matutos desentendem-se com os senhores de engenho ou proprietários de fazendas. Juntam a mulher, os filhos, a cabra de leite e os cacarecos e vão procurar pouxada mais adiante.

A mandioca ocupa o segundo lugar no preparo das iguarias deste mês. É a massa do pé-de-moleque, felizmente ainda livre de qualquer arianismo na receita.

São João e o Natal constituem, do Ceará a Alagoas, as grandes etapas do calendário popular. Não existem, nas referências orais, Junho ou Dezembro. Existem o mês de São João e o mês de Natal. Tudo é feito para eles e em função deles. As economias, a roupa nova, a venda e a compra de bichos, a casa, os noivados, os casamentos e até os filhos. Andei, certa vez, cavilhando o registro de batizados de oito sacerdotais do interior e cheguei a essa conclusão.

Em Junho de 1949, assisti a festa do casamento de um cambiteiro em Macaós. Somente a festa. O casamento, religioso com efeitos civis ou somente religioso, fracassara no dia marcado. Não viera o padre, por sinal nosso conhecido, o padre Daniel Lima. A festa, côcos e zabumbas, continuou a rolar. Depois da meia-noite, os convidados começaram a cair fora e os noivos, com as fatiadas da cerimônia, a olhar desconsolados um para o outro. Chamado a intervir no caso, o senhor do engenho, Zilde Maranhão,

(Continua na pág. 8)



A natureza creava asas para quebrar-lhe o jejum e adocicar-lhe as mortificações.

A um asceta dessa estirpe, lutador sem medo contra a corrupção de Herodes, deve ter doído no fundo do peito o desvirtuamento do seu culto. Foi o que aconteceu em vários lugares e tempos. Em Malta, no começo do século XVI, o culto aparecia ligado às mais grosseiras manifestações de idolatria.

Se nessa mesma época, época do nosso aparecimento, tivéssemos dessa idolatria grosseira, não nos livramos, felizmente, de outra, a do lirismo e do bom humor peninsulares.

Gilberto Freyre diz que, em nossa região, São João Batista é festejado no seu dia como se fosse um rapaz bonito e namorador, solto entre moças casadouras que até lhe dirigem pilhérias:

«Donde vindes São João,
que vindes tão molhadinho»

ou

«donde vindes, ó Batista,
que cheirais a alecrim?» (2)

Quanto aos rapazes, fazem mais do que pilhéria com o santo. Responsabili-

Intimidade que, observamos, com o tempo não seria apenas afetiva. Seria agrícola, culinária e social. E, na amplitude do seu território de expansão, campestre e litorânea, das serras e das planícies, sempre numa aura de ternura:

Capelinha de melão
é de senhor São João;
é de cravos, é de rosas,
é de manjericão.

Pereira da Costa refere-se a bandos de capelistas (homens e mulheres coroados de flores e fôlhas) que outrora percorriam alegres as ruas do Recife. E, numa revivescência do batismo de Cristo no Jordão, iam tomar banho na Cruz do Patrão, ou na praia de Fora de Portas:

Meu São João
eu vou me lavar
e as minhas mazelas
irei lá deixar.

Lembra o historiador pernambucano que São João Batista foi proclamado patrono da campanha emancipacionista de 1645, com os postos de capitão e general. E que vem desse fato haver sido eleito padroeiro dos militares após a restauração de Pernambuco.

Em 1837, o padre Lopes Gama noti-

Viagem sentimental ao redor dos vestidos

Visão de arte e beleza no território mundano do late Clube no momento do desfile dos tecidos pernambucanos em algodão

Notas de **MARCOS DE SANTO ANDRÉ**



SENHORINHA TERESA SANTANA
Tollette — "Soir de Paris"

Como sucesso social "A Festa do Algodão" ultrapassou o limite esperado. O que de mais fino existe na sociedade pernambucana estava presente no late, para prestigiar a iniciativa do industrial Jorge Dantas Bastos, de dar realce aos tecidos de algodão do Seridó, fabricados na Tecelagem de Sêda e Algodão de Pernambuco, que, diga-se sem exagero, transformados em vestidos, po-



A senhora Jorge Dantas Bastos recebe da Comissão linda corbeille de flores naturais

dem ser homenageados pelos visitantes das vitrinas do "Faubourg St. Honoré", onde impera a sensibilidade estética de Jeanne Lanvin.

A noite gentil, de céu estrelado e de temperatura agradável como milagre de primavera nos trópicos, refletiu uma visão de arte e beleza na mensagem espiritual que representam os vestidos quando espalham os cuidados da alta costura no "donaire" das atitudes delicadas e nos coloridos discretos de desenhos repousantes tão gratos à sutileza feminina.

Há vestidos de totais movimentos de suavidade, como aquele com que desfilou a senhorinha Jeanne Bastos de Oliveira, que deixou simpatias em vários rostos pelo encanto harmonioso das suas linhas, de autorizado "it" para aparecimento em baile. Outros existem sofisticados, com o nome de "Soir de Paris", amáveis em uma parada de elegância em Longchamps, com que a senhorinha Teresa Santana no "dancing" deslizou em atitude de desembaraçada parisiense. Mas o "leit motiv" de atrações foram os vestidos esportivos ou para as tardes de sol, com notável encanto apresentados pela senhorinha Isa Reinaldo em tecidos comoventes e comovidos, propícios às tricotagens dos figurinos envaidecidos como L'Officiel ou Photoplay. A Tecelagem de Sêda e de Algodão de Pernambuco pode orgulhar-se da maestria dos seus tecidos, que podem ser valorizados pela elegância de uma Duquesa de Windsor ou de Ava Gardner. Agora, abro um parêntesis, quanto à arte de como os tecidos foram costurados. Não entendo do assunto. Ouvi elogios como



SENHORINHA JEANNE BASTOS DE OLIVEIRA
Tollette de Noite — "Tabú"

reclamações. Sei apenas que o late estava em atmosfera agradável, com a presença de fisionomias enternecedoras. Claro que não direi tôdas, que seria exagerar. Mas, como sempre, uma festa no late satisfaz, principalmente para quem

se acimatou ao ambiente. O lado mais simpático dessa reunião mundana foi o da valorização de que é nosso, bem pernambucano como os tecidos em algodão que nada ficam em inferioridade aos melhores do sul.



SENHORINHA ISINHA REINALDO
Modêlo sport de Fustão Branco

(Continuação da pág. 5)

ze setor, reconhece como mais apropriado às condições de nosso meio naqueles tempos.

Ao chegarem a Pernambuco, os holandeses encontraram uma terra onde atuavam os processos portugueses de ocupar, produzir e colonizar: processos de contacto entre raças; processos de miscigenação; processos de tratar com a mão de obra servil; processos de catequese dos índios; processos de construção de casas e de cidades; processos de repartição das terras; processos de cultivar a cana e fabricar o açúcar. Constituiu-se já uma sociedade apoiada na monocultura açucareira, feudalista ou semi-feudalista, patriarcal, monocultural, latifundiária, escravocrata.

Aos flamengos — embora lhes sobrassem outras qualidades como comerciantes e financistas ou como artistas, cientistas, humanistas — faltavam aptidões para realizar obra semelhante à que aqui encontraram. Disso é um sinal o fato de jamais se haverem afirmado em parte alguma dos trópicos como bons colonizadores.

Muito menos capazes se revelariam de, encontrando em nossos trópicos uma colonização florescente, com a idade de um século, assimilá-la, aproveitá-la ou substituir os seus valores nascentes pelos valores culturais de que eram portadores. Se, por um lado, sua tarefa se facilitava pelo desbravamento já realizado e pelas lições de adaptação deixadas pelos portugueses, é certo que, por outro lado, ela se tornaria mais difícil pelo conflito entre as duas culturas alienígenas. Mais difícil sobretudo em face dos objetivos ou do espírito meramente mercantis dos neerlandeses.

Veremos que não conseguiram realizar o enraizamento na terra, na sociedade, na economia encontradas. Ficaram na superfície ou na periferia. Não penetraram. Superpuzeram-se.

IV — SENTIDO URBANO DA COLONIZAÇÃO FLAMENGA

Haviam os lusitanos estabelecido um sistema de exploração agrícola. Sobre ele assentava a vida econômica e social da colônia. Sistema agrário feudal, embora de um feudalismo mitigado com senhores porventura menos senhores que os da Europa Medieval, nos séculos X e XI, mas com seu poderio apoiado no domínio da terra, com seus latifúndios, suas armas para a defesa, suas casas-fortalezas, seus capelães.

Desses elementos da vida rural devidos ao português ninguém nos dá idéia mais viva do que o sociólogo de "Casa Grande & Senzala": "Na zona agrária, desenvolveu-se, com a agricultura absorvente, uma sociedade semi-feudal — uma minoria de brancos e brancões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha; vassallos das casas-grandes em todo o rigor da expressão". E mais adiante: "A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa..." "Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia..."

As atividades administrativas, antes da chegada dos batavos, são exercidas não apenas em função das rendas que a metrópole devia auferir, mas também das conveniências dos senhores rurais. "O governo da terra estava identificado com os interesses da nobreza agrária", como salienta o escritor de "Tempo dos Flamengos".

Essa estrutura econômica, social e política, o holandês, com seu mercantilismo e seu espírito urbanístico, não soube, não pôde, não possuía aptidões para preservar ou melhorar. Pelo contrário, durante a fase de seu domínio, assistimos a uma tendência geral no sentido do enfraquecimento desse sistema de economia e de civilização rural, oriundo da vocação lusitana para colonização nos trópicos.

Tem essa significação o deslocamento, então verificado, do eixo da vida da colônia, dos campos para a cidade. Era a perda de importância da vida rural em benefício da vida urbana.

Importa nisso, logo de início, o abalo sofrido pelos senhores de engenho em seu poder e em seu prestígio. Perderam, — com a qualidade de membros, que alguns possuíam, da Câmara de Olinda, — a possibilidade de influir sobre o governo em benefício das atividades rurais. Era o primeiro declínio. Outros se seguiram. Sofrem, mais tarde, restrições nos seus direitos relativos ao tratamento dispensado aos escravos.

Não é o mérito dessas medidas o que interessa apreciar. É a circunstância de implicarem em restrições ao poder, antes quase absoluto, dos representantes da economia agrícola. Criou-se, para eles, uma sujeição às autoridades que decretavam ordens de seus gabinetes nas cidades, em contraste com os métodos anteriores, de seus ascendentes ou compatriotas, os portugueses, sob os quais os donos de engenhos nos termos de José Honório Rodrigues, "mandavam e desmandavam". O próprio clero se encontrava subordinado ao patriarcado rural. Eles absorvem toda a autoridade colonial. Os próprios delegados da autoridade central são incapazes de contrariar esse mando absoluto e autoritário".

Mesmo os fenômenos de superfície, os feitos militares, refletem a supremacia rural com os portugueses

e a maior importância urbana com os flamengos. Sérgio Buarque de Holanda faz a seguinte observação: — "enquanto no Brasil português a defesa urbana era por vezes um sério problema, devido à escassez de habitantes, no Pernambuco holandês deu-se exatamente o contrário". De fato, comenta o nosso ainda pouco citado José Antônio Gonçalves de Melo, neto, pode-se comparar a rapidez com que foram ocupados Olinda e o Recife em 1630 e as dificuldades que teve o invasor de se apossar do interior, mesmo dos lugares mais próximos às cidades. E, em 1645, o contrário: os flamengos entregaram em poucos dias o domínio do interior — as derrotas foram em lugares próximos do Recife: Casa Forte, Tabocas, Guararapes — concentrando-se nas cidades".

A expressão mais visível do sentido urbano que os holandeses emprestaram a sua política de colonização reside no próprio engrandecimento do Recife, por eles realizado. Uma cidade nova iria surgir. "Já antes de Nassau — nota Afonso Arinos de Melo Franco, estudando o "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil" — em 1636, a administração holandesa pedia ao Conselho da Companhia das Índias que, com os colonos esperados, remetesse materiais de construção: pedra, madeira e cal, pois tudo isso era escasso e caro no Recife. Manifesta-se já a tendência urbanística da colonização flamenga. Poucos colonos se dirigiam ao campo, pois eram, em geral, pobres e procuravam meio de vida na cidade. A instalação agrícola sempre custou caro".

Essa preocupação da grande "urbs", do enorme centro, com palácios suntuosos, com ruas que foram calçadas até com tijolo da Holanda, com largos parques que foram arborizados até com planta já adulta, in-se tornar mais característica ao tempo de Nassau. Era como se o êxito da obra colonizadora repousasse no fausto da vida urbana e não na faina criadora da agricultura.

mente formando grandes centros de consumo. Como não havia, nem podia haver, — dado o fundamento na monocultura da economia da colônia — uma base suficiente de culturas de subsistência, não se podiam deixar de agravar os problemas de abastecimento da população urbana em processo de rápido crescimento. O drama da fome vivido por essa população era uma consequência fatal da política urbanística da colonização holandesa.

Sob o clamor da falta de alimentos, apela os flamengos para as medidas compulsórias e draconianas sobre o plantio da mandioca. E o fazem com Maurício de Nassau, o modelar. Essas medidas que alguns já elogiam não parecem, entretanto, ter sido destinadas a diversificar as atividades agrícolas pelos males que a monocultura sabidamente acarreta para a própria economia rural. Parecem, antes, determinadas pela necessidade de abastecer o Recife, considerado por Joannes De Laet, a cidade brasileira mais carente de viveres, naquela época.

Tiveram esse fundamento os repetidos editais de Nassau obrigando os agricultores ao cultivo de certos números de covas de mandioca por negro cativo, sob pena de serem considerados inimigos do Estado, e estabelecendo o regime das fintas na proporção elevada de 50 por cento da farinha produzida. Agravava-se a coação dessas medidas pela forma como eram executadas, com grandes vexames e humilhações para os outrora poderosos senhores rurais, o que também está na lógica da hegemonia urbana dos flamengos.

Considere-se a irritação ocasionada no campo por medidas dessa natureza e seu efeito sobre os acontecimentos militares. Já observou Capistrano de Abreu que "entre os agravos dos Pernambucanos contra os Holandeses capitulava-se o de, por estes, terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca".

Manifestação, ao mesmo tempo, da tendência mer-



Mapa da planície do Recife — meados do século XVII — existente no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

É sobretudo com Maurício de Nassau que os flamengos se tornaram, entre nós, os precursores da expansão artificial da vida urbana à custa ou em detrimento da economia rural. Interessa voltar ao cotejo com a orientação portuguesa: Um Duarte Coelho não teria despendido 600.000 florins na construção de um palácio monumental como o de Friburgo. O mais provável é que, possuindo tal soma ou contando com ela, a investisse na instalação de novos engenhos, na formação de novos canaviais, enfim no desbravamento e ocupação econômica de mais terras para a agricultura, convicção que estava, e com acerto, de que, desta atividade, dependia o destino da empresa colonizadora.

Quanto não teriam feito os holandeses em favor das atividades agrícolas e reprodutivas com os capitais empregados em realizações muitas vezes suntuárias, na cidade, se em vez da preocupação urbanística tivessem tido o sentido rural do colonizador português? Aqui reside uma das causas principais de seu fracasso no Brasil.

V — SUBORDINAÇÃO ECONÔMICA DA VIDA RURAL À VIDA URBANA

A questão da farinha de mandioca foi, de certo modo, uma manifestação do domínio da cidade sobre o campo. De crises agudas de abastecimento, tocando por vezes às raízes da fome como as que ocorreram ao tempo dos holandeses, não há notícia na fase anterior da colonização. É preciso, porisso, relacioná-las ao vertiginoso crescimento urbano verificado sob os flamengos.

Parece que o colonizador da Holanda não se advertiu de que quem cria grandes cidades está concomitante-

cantil e da hegemonia da cidade sobre o campo na época holandesa foi a pressão que o comércio urbano exercia sobre os agricultores. Não consiste ela apenas nas margens de lucro provenientes da venda dos produtos importados da Holanda e necessários ao trabalho rural ou dos artigos que a companhia privilegiada trazia do Oriente. A exploração assume proporções asfixiantes no caso dos juros cobrados sobre os débitos, que, embora oficialmente limitados a 12 e 18 por cento, houve quem os contasse sob as taxas de 38, 40 e 42 por cento.

Com o preço do dinheiro exagerado, não surpreende que as dívidas da lavoura dificilmente pudessem ser resgatadas. Ao contrário, acumulavam-se constituindo o encargo crescente para o qual eram insuficientes os lucros da produção açucareira, já comprometidos por outros fatores como a especulação no preço da mão de obra servil e a exorbitância da tributação.

Trata-se de uma forma de opressão que não podia deixar de determinar, a pouco e pouco, a debilitação da agricultura que continuava sendo, apesar de tão maltratada pelo invasor, o sustentáculo econômico da colônia. Além de produzir esse efeito, tal sufocação econômica era uma das principais fontes de irritação e revoltas, surdas a princípio, declaradas mais tarde. O que ainda melhor se compreende ao se ter em vista que, na época, eram permitidas as prisões por falta de cumprimento das obrigações civis. Natural, portanto, que, depois atuasse entre as causas da insurreição o empobrecimento geral dos senhores de engenho ocasionado pela avarice da finança flamenga e israelita, caracterizando-se o movimento também como uma revolta de

(Continua na pág. 16)

RENDA MENSAL

JUROS DE **8**,04 % AO ANO

O BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO tem o prazer de comunicar que, em virtude de terem sido totalmente subscritas as Série A e B, no valor de 200 milhões de cruzeiros, já se acha à venda a terceira Série C de suas debentures, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 cada, cuja subscrição está aberta ao público.

INFORMAÇÕES:

NA AGÊNCIA DO BANCO - AV. GUARARAPES, 86 - Loja 7 - Fone 7352

Grandes Moinhos do Brasil S. A.

MOINHO RECIFE

Farinha de Trigo

OLINDA

*

Farelo de Trigo

Rações Balanceadas

AVEVITA

BOVINOVITA

EQUINOVITA

SUINOVITA

RECIFE

PERNAMBUCO

Lojas Paulista

TECIDOS RESISTENTES A' TODAS
AS PROVAS



Preços fixos

Côres Que Não Desbotam

Atualidade Da Inconfidência (*)

Amaro Quintas

ENVAIDECIDO me sinto desta oportunidade que me ofereceu a direção do Colégio Alfredo Dantas, a cuja frente se encontra o Prof. Severino Loureiro, de entrar em contacto com esta bela e admirável terra paraibana, com esta bela e admirável cidade serrana tão conhecida e elogiada pela amenidade de seu clima, pelo encanto de seu panorama e pela intrepidez de seus filhos, que a conseguiram transformar não só num dos mais encantadores recantos do Brasil, como também num dos mais importantes e movimentados empórios da nossa pátria. Agradeço, também, à Associação dos Professores do Ensino Secundário de Campina Grande, liderada brilhantemente pelas figuras de Milton Paiva, Dumerval Trigueiro e Normano Feitosa, a colaboração e participação direta no convite que me foi feito de vir ao vosso convívio falar-vos no dia de hoje.

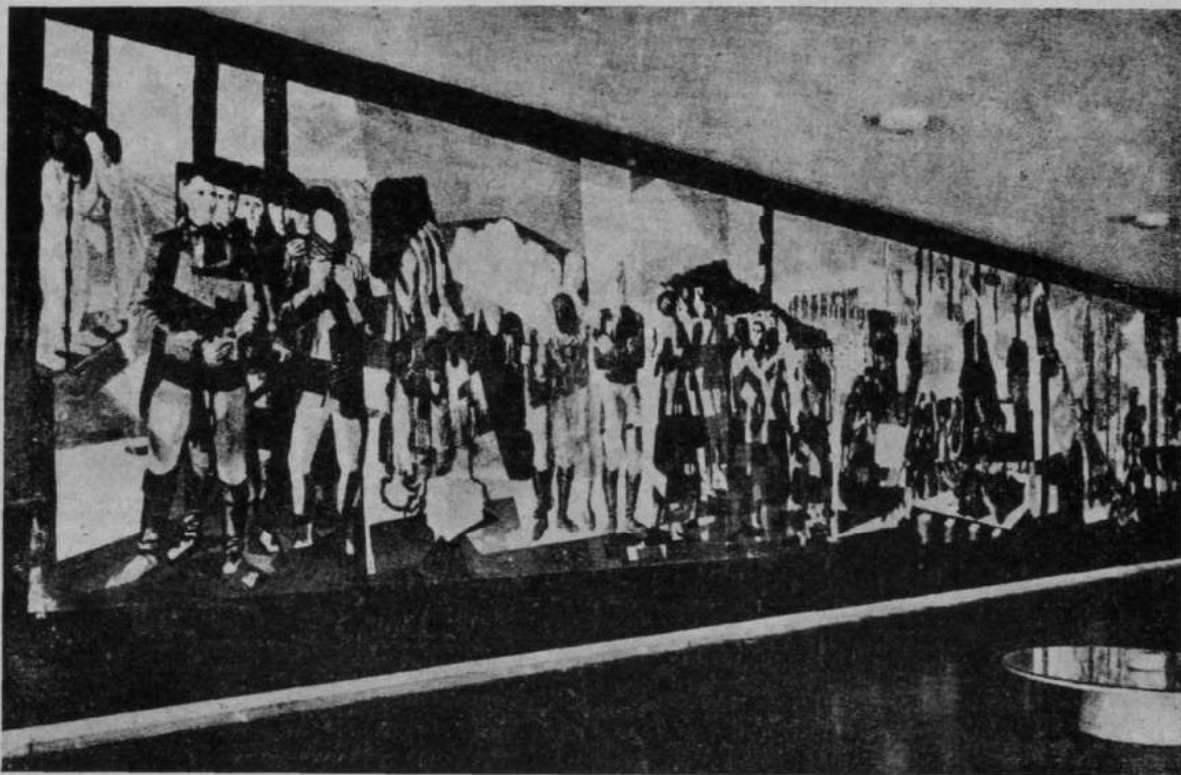
tual que a nossa evolução política apresenta. O jornalista do «Typhis Pernambucano» foi o preparador ideológico de todo o movimento. Ouçamos o que ele nos diz, no seu **Itinerário**, quanto à sua estada nesta cidade:

«No dia 12 fomos jantar em Campina Grande, 4 legoas de distancia; nesta villa fomos vezitados pelo Pita, e mas outras pessoas do patriotismo, e sentimento liberaes, que nos mostrarão extreitamente consternar-se com a nossa sorte, entre os quaes foi hum pardo chamado Manoel Alexandre, cuja generosidade nesta occasião não podemos deixar de mencionar, porque... vendo-me, e ao padre Meças, faltos inteiramente de vestuários, dois que apenas possuíamos huma camiza, e huma calça, e veste já rota, que trazia-mos vestidos (pois que toda a nossa fateata tinha sido carregada pelos caramolas nas car-

destacados líderes o paraibano Antônio Borges da Fonseca, vocação perfeita de condutor de homens e que deu ao movimento de 48 um conteúdo doutrinário baseado nas idéias de reforma social que o socialismo romântico dos **quarante-huitards** estava propagando pelo mundo e que iria expandir-se impetuosamente dos «entreveros» do 24 de Fevereiro. Foi esse paraibano generoso e entusiasta, ardoroso e idealista, uma das mais completas formações de revolucionário que a nossa história apresenta. Homem de gabinete e homem de ação. Capaz de inquirir, cuidadosa e argutamente, nos livros, das possibilidades teóricas de solução dos problemas sociais. Mas capaz, também, de morrer numa barricada em defesa de seus ideais. Dêle disse Nabuco ser «um revolucionário em disponibilidade» e que figurava «na galeria dos nossos tribunos repu-

tes episódios da história de nossas campanhas libertárias.

O século XVIII não foi somente uma etapa marcante na história do Ocidente europeu. O século das Luzes e da Ilustração projetou o seu espírito aqui na América e aqui no Brasil. Quando o **Humanismo** na França e o **Aufklärung** na Alemanha, baseados no racionalismo que o criticismo filosófico, espalhado pela filosofia inglesa, especialmente por Locke, divulgaram, vieram a tornar-se a tendência dominante no oitocentos, um sópo de transformação, de renovação se manifestou. O movimento da Enciclopédia ia ser a expansão desse espírito. Se esse espírito de reforma já se revelara com Lutero e o livre exame e depois com a dúvida cartesiana, vai ser todavia na época da Ilustração que ele se expressará num sentido político e social. Não foi exageradamen-



Panel «Tiradentes», de Portinari, no Colégio Cataguazes — Minas

Coincidência feliz veio trazer-me à vossa presença numa data histórica que se para todos os brasileiros é motivo de glória e de respeito, ainda o deve ser em maior dose para nós, paraibanos e pernambucanos, que possuímos uma sangrenta e honrosa tradição de luta pela liberdade. Nos fastos da nossa história política estivemos sempre irmanados nas mesmas preocupações, nos mesmos anseios e nas mesmas aspirações libertárias. Foi na Revolução de 1817, «a mais pura e a mais idealista de nossas revoluções» no dizer de Oliveira Lima. Foi na Confederação do Equador, esse movimento de tão alto sentido liberal e republicano e onde certos «bien-pensants» querem enxergar tendências separatistas. Ainda me parece estar ouvindo o senado da câmara de Campina Grande, reunido em vereação em 22 de abril de 1824, declarar «suspeitos de lusitanismo» o presidente da província e o seu secretário Augusto Xavier de Carvalho «e resolver que «estando o povo altamente desgostoso com a dissolução da Constituinte e com a substituição da Junta Governativa, não podiam convir os enviados régios, que não tinham opinião por terem vindo da corte e serem portugueses» (1). Aqui na vossa cidade esteve preso, quando do malogro da revolução de 1824, o nosso Frei Caneca, uma das mais idealistas e generosas figuras de revolucionário intelec-

gas que nos roubarão na decida da pedra lavrada) correo a sua casa, e trouxe para cada hum de nos duas calças, lençós, e hum corte de veste, que nos apresentou vertendo lagrimas, e pedindo-nos lhe houvesse de perdoar aquella pequena offerta, que nada mais podia atendida a sua pobreza, mas, que no Céu era testemunha dos sentimentos internos de seu coração, e do quanto desejava ter naquela occasião para offertar-nos, pois que lhe causava a maior compaixão possível o ver em semelhante estado aos verdadeiros filhos da Pátria. Aqui em Campina Grande, o nosso condutor o Major pastorinha, portou-se com nosco malissimamente, pondonos sentinellas na porta da cadeia, em que nos meteo, e até dando ordem de não consentir sobir la gente, e separando-se do nosso rancho para hir jantar como lord, em casa do comandante, e mandando-nos o jantar, como por desprezo para comer-mos sobre o xão, cujo jantar foi por nós todos repudiado, porque inda, que prezo não tinhamos perdido os sentimentos de homem de bem, para nos sujeitarmos a indignidades, e vilezas. Passamos pois sem jantar, tomando unicamente huma pequena refeição de bolaxão, queijo e vinho, que alguns companheiros mandarão comprar, e com isto nos contentamos» (2).

Foi assim, também, na Revolução Praieira que teve como um dos seus mais

olicanos como o que mais distintamente possuiu a envergadura revolucionária» (3). E ainda o cognominou de «Rienzi Brasileiro» a imaginar-se «investido de uma espécie de realeza tribunicia» (4).

A vibração que se manifestava na Paraíba era toda em favor dos combatentes da Praia. O exemplo de Areia não iria ser um caso isolado. Disse muito bem João de Lyra Tavares: «Parece indiscutível que, à morte de Nunes Machado, em 2 de Fevereiro, no ataque ao Recife, se deve principalmente atribuir não se haver generalizado a rebelião na Paraíba». Adianta mais além: «Se antes do ataque ao Recife os praieiros viessem à Paraíba, não há dúvida que teriam conseguido com facilidade o levantamento de muitos municípios e a conflagração desta provincia seria então completa» (5).

Irmanados, assim, pelos mesmos ideais, ideais cimentados no sangue e no sacrificio de nossos mártires, nós, pernambucanos e paraibanos, apresentamos um passado comum de lutas em favor dos princípios democráticos e enchemos muitas e preciosas páginas da História do Brasil com o nosso «penache» de combatentes da Liberdade. Daí ter-vos dito, no início desta minha palestra, o que para nós representa de importante e significativo o dia 21 de abril. É um dia que rememora um dos mais empolgantes e dignifican-

te que Maritain nos apresentou os «três reformadores»: Lutero, Descartes e Rousseau. Objetar-se-á, talvez, contra a colocação de Rousseau na corrente do iluminismo. Diz-nos com razão Ernst Cassirer: «Rousseau não destruiu o mundo da Ilustração senão que despregou seu centro de gravidade. Com esta façanha intelectual preparou, como nenhum outro pensador do 18, o caminho de Kant... Porque Rousseau é um autêntico filho da Ilustração quando a combate e supera» (6). Sente-se, nessa fase histórica do aparecimento do enciclopedismo, uma ânsia de mutações, uma intensa preocupação de reformas. Quer no espírito demolidor de Voltaire, quer na orientação de Montaigne com o seu **Espírito das Leis**, quer, principalmente em Rousseau com a sua tese da bondade do homem primitivo e do contratualismo, ou em D'Alembert ou em Diderot, em todos eles existe uma mentalidade nova a fazer da razão o primado de todas as coisas. Idéias de reforma se apresentam. No terreno literário com o surgimento do romantismo. Se o **Sturm und Drang** representa uma espécie de reação ao **Aufklärung**, essa reação é, todavia, uma como que continuidade daquele. No terreno econômico o **laissez faire** substituirá as tendências do dirigismo e do corpora-

A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

ESTEVÃO PINTO

Devo começar pedindo-vos desculpas pela ousadia de vir falar-vos de um assunto no qual muitos de vós sois realmente mestres. E fazê-lo em francês, nesta escola considerada, com justiça, uma das mais importantes da Sorbonne. — já atinge as raias da temeridade. (*) Consola-me, todavia, recordar que, quando o grande historiador brasileiro Oliveira Lima, quase em idênticas condições às minhas, foi assaltado por iguais temores, desculpou-se das falhas do seu francês lembrando aquela personagem do romancista português Eça de Queiroz. Essa personagem adotava o critério de falar patrioticamente mal a língua estrangeira. Nesse sentido, podeis estar certos do meu patriotismo, o que já constitui uma compensação para qualquer desvantagem.

Desejo ainda agradecer ao eminente professor Lucien Febvre e iniciativa do honroso convite e o seu generoso acolhimento. Conheço, de longa data, a vasta obra do professor Lucien Febvre, a quem a Universidade do Recife, que no momento represento, ainda recentemente teve a satisfação de receber em um dos seus salões.

Histórico dos estudos e ensaios antropológicos, de interesse para o Brasil — eis o tema da minha palestra. Devo, porém, advertir-vos que, nessa denominação geral, pretendo abranger os estudos de antropologia lato sensu, isto é, tanto os estudos de antropologia física como os estudos de antropologia cultural. Adoto, pois, a orientação do professor Arthur Ramos, que aqui faleceu, não faz muitos anos, quase repentinamente. Para Arthur Ramos, o homem físico não se podia separar do homem cultural. Tal o critério também adotado por outra autoridade americana, não menos notável, Alfred Kroeber, professor, há cinquenta anos, na Universidade de Califórnia, na opinião de quem a antropologia não se deve contentar com o estudo do óiho mongólico, ou com o nanismo do negro, do contrário teria essa ciência tanta importância quanto a trapeira de um antiquário. Malinowski vai mais além ao afirmar que o verdadeiro campo da antropologia é o estudo científico da cultura. Quando o especialista da raciologia (acrescenta o eminente antropólogo inglês) reconhece ser a raça o que a raça faz, admite, também, a inaplicabilidade das medidas, das tábuas de classificação e das descrições somáticas, — "exceto se pudermos relacionar o tipo físico com a faculdade criadora da cultura". Daí dizer o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que conheceis tão bem, ser a antropologia, hoje em dia, mais um estudo de campo, intenso e difícil, do que mesmo um estudo de museu, ou de dissecação de cadáveres. Do que mesmo um simples estudo de pre-história ou de culturas mortas, no qual se regalaram muitos abades gordos e simplórios, embora fosse um abade dessa ordem que revolucionara a genética: Mendel. No estudo da antropologia (conclue Gilberto Freyre), sempre nos deparamos com os três elementos, raça, língua e cultura. Ora, quase sempre a antropologia pende para a exaltação ou o exagêro de um desses três elementos, embora nem o critério cultural, nem o linguístico, nem, tampouco, o racial bastassem para explicar, por si sós, o desenvolvimento humano dentro da antropologia. A antropologia deve concorrer para que esses três critérios, em vez de se tornarem rivais, cooperem entre si e reúnem os resultados de suas pesquisas, "sem prejuízo, é claro, das especializações cada vez mais necessárias".

Agora que expliquei meu ponto-de-vista em relação ao assunto básico da presente conferência, vou começar por lembrar-vos que os estudos antropológicos foram inaugurados, no Brasil, por Pero Vaz de Caminha, na sua carta de 1500, escrita ao monarca português. Com surpreendente objetividade, o escrivão da feitoria de Calecut deixou-nos o retrato dos tupiniquins da Baía Cabralia, descrevendo-lhes as pinturas, os botoques, os adereços e as armas. Inclusive, dando-nos informações sobre a sua alimentação e a sua indústria. Nem sequer deixou Caminha de assinalar alguns traços da psicologia do nosso silvícola, como, por exemplo, o espírito de imitação e o caráter um tanto alegre e suspeito do mesmo. Isso, como se viu depois, veio a ser uma exceção, pois, na correspondência epistolar contemporânea à do célebre escrivão (a de Américo Vesputio, sobretudo), o indígena americano é uma entidade de quase que secundária (1).

É verdade, entretanto, que os estudos mais ou menos ordenados de antropologia brasileira tiveram início com André Thevet, indivíduo de ânimo um tanto aventureiro e irrequieto, que acompanhou Villegaignon na primeira tentativa oficial de um estabelecimento francês na América. Vinha o tréfigo sacerdote atraído pelas maravilhas inauditas, que corriam, de boca em boca, através dos portos da costa atlântica da França, — essa costa que foi para o mundo moderno o que a costa da Síria teria sido para o mundo antigo.

Pondo-se de lado a proclividade e o estilo, não raras vezes obscuro, desse cordelero, para quem o hábito não fizera de monge (2), nem por isso a sua obra, — uma das quais, a principal, recentemente traduzi e antei (3), — deixa de ser útil e mesmo muito interessan-

te. Uma autoridade como Alfred Métraux já fez ver que as melhores fontes para o conhecimento das crenças religiosas dos tupinambás são os livros de Thevet (4). E, do mesmo modo (acrescentarei), são as obras de Thevet as melhores fontes para o estudo das operações bélicas e das práticas mortuárias dos referidos índios. Isso sem falar na matéria de outra ordem — as informações sobre animais e plantas nativas do Brasil. Foi Thevet, por exemplo, um dos poucos — e, em alguns casos, o primeiro — a descrever a cutia, a preguiça e o tucano (conhecido por seu bico monstruoso). Entre as plantas divulgadas inicialmente pelo frade, figura o agahy, também vulgarmente chamado chapéu-de-napoleão, motivo pelo qual a apocinácea tomou o nome de *Thevetia ahouai*, D. C.

Essa aptidão para fixar as características mais importantes da flora e da fauna brasileiras parece ter sido aproveitada por um escritor intelectualmente superior ao erudito frade e, como ele, companheiro de Villegaignon. Trata-se do calvinista Jean de Léry, a quem se pode considerar, ao lado daquele frade, também um dos precursores dos estudos antropológicos mais ou menos ordenados (repito), de interesse para o Brasil.



Cabeça de Gê, ou "tapula" do Nordeste do Brasil, com a sua cabeça característica em forma de prato, que lembra a tonadura circular dos franceses. Segundo um desenho antigo, de origem holandesa.

Observa o escritor brasileiro Almir de Andrade (1) que, na *Histoire* (2) de Léry, publicada cerca de vinte anos após a de Thevet, não é a quantidade do material recolhido o que impressiona, mas a sua qualidade. Ou melhor, a precisão das observações, a justeza dos comentários e a objetividade dos juízos. Conta o exaltado missionário que, falando a um velho índio da existência de ricos negociantes em França, açabarcadores e compradores de todo o pau-brasil, que carregavam os navios europeus, indagou o selvagem, cheio de pânico, se tais negociantes não morriam, como os demais mortais, e, se morriam, para quem deixavam tantas riquezas. Ao que, informado de tudo, — que deixavam os seus bens para os filhos ou, na falta destes, para os parentes mais próximos, — replicou o velho: "Na verdade, agora vejo quanto vós, franceses, sois uns loucos, pois atravessais os mares e sois tantos incômodos somente com o objetivo de amontoar riquezas em benefício dos filhos. Não será a terra, que vos nutriu, suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos, a quem amamos; mas estamos certos de que, após a nossa morte, a terra, que hoje nos sustenta, de igual modo os proverá de tudo. E, por isso, vivemos sem nenhum cuidado".

Documento importante da mesma época, para o estudo da sociedade tupinambá dos primeiros séculos da colonização, é o conhecido livro de Hans Staden, publicado no mesmo ano do de Thevet (1557) (1). Trata-se de um arcabuzeiro e artilheiro alemão, que viveu alguns anos no litoral sul do Brasil. Mais ou menos contemporâneo aos dois cronistas franceses são as cartas, narrativas, relatórios e ensaios deixados pelos jesuítas portugueses (Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, etc.), por Pero de Magalhães Gandavo e pelo senhor-de-engenho da Baía, português de nascimento, Gabriel Soares de Sousa (2), — fontes, da mesma forma, de máximo valor para o conhecimento

das populações primitivas do Brasil. Nóbrega, por uma bela monografia a respeito dos betocudos (1) e Martius, cognominado o "pai da etnologia brasileira", exemplo, revela a flexibilidade e a compreensão do seu espírito, quando, em carta ao superior da ordem, indaga se podia "cantar cantigas de Nosso Senhor" na língua dos selvagens, pelo tom da música indígena e com os seus maracás; ou se lhe era permitido pregar aos ditos índios à sua maneira, isto é, "andando, passeando e batendo nos peitos"; sem as suas informações, seria falha a reconstituição do caráter do pagé, esse homem-deus, que foi objeto de uma excelente monografia de Alfred Métraux (1). A Anchieta devemos as primeiras notícias a respeito do sistema classificatório, parental, dos silvícolas. Em Cardim quase que não se sente o missionário, mas antes o que um crítico chamou o paisagista dos quadros amplos, traçados a grandes pinceladas, com as cores dos nossos céus e a sonoridade das nossas selvas. Cardim era um profundo conhecedor do "gentio" que, ao seu tempo, frequentava o litoral brasileiro; as cenas que descreve, da antropologia ritual dos tupinambás não têm rival na literatura dos cronistas contemporâneos. Pero de Magalhães Gandavo deixou-nos uma resenha geral dos costumes indígenas e parece ter sido ele um dos primeiros a notar a prática da saudação lacrimosa, tão difundida entre os nossos índios. A obra de Gabriel Soares de Sousa é uma espécie de enciclopédia do Brasil quinhentista; nela encontramos um admirável espírito científico.

Completam as fontes primárias sobre a sociedade tupinambá os livros de outros dois missionários franceses, que, a exemplo dos anteriores, fizeram parte da segunda expedição colonizadora francesa — os capuchinhos Claude d'Abbeville (2) e Yves d'Evreux (3). Da mesma época são os *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618).

Claude d'Abbeville foi o primeiro autor a dar atenção ao estudo da astronomia e da cosmogonia dos índios do Brasil, só mais tarde objeto de pesquisas por parte de Lehmann-Nitsche (Guaranis), Tastevin (Mura), K. von den Steinen (Bacairi) e outros mais. Também foi esse capuchinho o primeiro a revelar-nos, com pormenores preciosos, as migrações coletivas dos tupinambás, de caráter místico, em busca da "Terra-sem-mal" ou da "Terra-onde-não-se-morreria" — migrações provocadas, em regra, pelos pagés ou feiticeiros e que foram, em data recente, exaustivamente estudadas por Curt Nimuendaju e por Alfred Métraux. Se Claude d'Abbeville apresenta-se, assim, tão rico de informes, o mesmo não se pode dizer de seu companheiro de doutrinação, Yves d'Evreux. Faltava ao segundo o que sobrou no primeiro — a compreensão, a objetividade e a ausência de preconceitos. Mas, nem por isso podemos desprezar as suas informações, algumas das mais importantes, como, por exemplo, as que se referem a certas práticas mágico-religiosas e à organização social, por classes de idades, dos tupinambás do Maranhão. Os *Diálogos* parece que foram escritos por um fazendeiro ou açucareiro da Paraíba, de espírito culto e inteiramente voltado para os interesses do Brasil. As informações etnológicas são um tanto escassas, mas, quase todas, confirmadas pelos demais documentos.

O século XVII — à exceção dos dois já citados missionários capuchinhos e do autor anônimo dos *Diálogos* — foi, de certo modo, pobre de estudos etnológicos propriamente ditos. E' nesse período, entretanto, que se inicia a elaboração linguística, com Montoya (1), Figueira (2) e Mamiani (3). Sabe-se quanto eram difíceis os trabalhos dessa ordem, cheios dos embaraços que só inteligências, como a de Capistrano de Abreu, conseguiram vencer (4).

O exemplo típico é o do índio Kraô, de que nos fala um tupinógrafo brasileiro de primeira qualidade, Teodoro Sampaio, o qual índio traduziu a frase o papagaio que fala por papagaio bom, pois, segundo o mecanismo do seu pensamento, papagaio bom é o papagaio que fala (1). Em compensação, alguns letrados, atraídos ao Brasil pela ocupação holandesa do nordeste, deixaram uma iconografia valiosa (os desenhos do pintor holandês Albert Eckhout e os de Zacharias Wagner, por exemplo) e as descrições referentes às populações nativas daquela região brasileira (2). Pouco importante, sob esse ponto de vista, foi também o século seguinte, o XVIII, muito embora pertençam a tal época as monografias de Francisco Rodrigues do Prado (3) e José Sánchez Labrador (4) (ambas referentes aos índios Gauycuru). Como também são do mesmo período as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira (1), cujas coleções, remetidas aos museus de Lisboa e de Paris, perderam-se em parte.

O século XIX iniciou, no campo da antropologia brasileira, os trabalhos científicos propriamente ditos. Já não são apenas os missionários ou colonizadores, mais ou menos profanos, que se ocupam das populações indígenas. Falam agora os cientistas e os etnólogos no assunto. O princípio de Wied-Neuwied deixou-nos

Remay de FELIX DE ATAYDE

Soneto do Atlântico

Egresso de países indistintos
sou nauta que te fita, e te possui
para levar-te pelos labirintos
do verso que me cria e me conclui.

sacaste em meu olhar angustiado
na dor em que existo e contribui
pra te fazer mais meu, transfigurado
no amor que me enfeitiça e me dilui.

ó repouso de águas indormidas,
mistérios de sereias e jangadas
e de um possível mundo submerso!

colho-te as algas com as mãos feridas,
e vendo minhas fontes represadas
me afogo em ti pra acontecer no verso.



Soneto para Joaquim Cardozo

«Eu vi nascer as luas fictícias»
quando fui me encontrar em Tramataia;
só chegava a mim vagas notícias
da presença de um mar ou quase praia.

no refúgio das tardes madrugadas
eu me banhei nos baldes cristalinos
das águas que lavaram as madrugadas
anunciadas perto pelos sinos.

sou cúmplice do verso e me embarco
ilimitado e anônimo às distâncias
para plantar a flor em pleno charco.

nos viveiros os rumos estagnaram
e deixaram no meu corpo as infâncias
das luas fictícias que passaram.

O SONETO



Primeiro Soneto do Trapézio

Os teus olhos no espaço, sou palhaço,
me equilíbrio no fio que se sustém,
por teu olhar parado no espaço,
fito somente em mim e em mais ninguém.

te vejo me pedir um só momento
de amor e de ternura, mas convém,
que te assemelhes à dor, meu intento
é te fazer sofrer por mim também.

existo em teu aplauso e me preparo
pra executar o salto decisivo
que tu assistes com espanto raro.

me olhando em teu olhar, o circo inteiro
me vê mais que humano e em teu sorriso
o meu corpo boiar no picadeiro.



Soneto do Vermelho e do Preto

Para Olímpio Bonald

Vou me perder entre o vermelho e o preto
antecedido + lua e à madrugada
quando a aurora cair sobre a calçada
vai me encontrar ausente do soneto.

das ausências do azul eu te remeto
o segredo da noite antecipada
ao teu olhar de oceano e luz ilhada;
em península da dor te submeto.

mergulho nas cacimbas do teu pranto,
e volto marginal para ofertar-te
em vez da flor, o líquido acalanto.

entre o vermelho e o preto, o olhar alheio
recuperando-te em alguma parte,
destino-me ao exílio do teu seio.



Fica assim imóvel
eu vou começar
meu canto de amargura
nada te perturbe
fica assim imóvel
junto à fonte pura.

de muitos caminhos venho
(meu sonho cria caminhos)
adventício que sou
dentro do meu sonho tenho
rosas espinhos
cais que naufragou.

homem sem ritmo peço
ao sonho a vida de fóra
que a que tenho comigo
quando dela regresso
esqueço o amor, a aurora,
a amizade do amigo

Não me acho na distância
da rosa à noite que desse
na ilha de Singapura.
eu não desejo a infância
suave como uma prece
ontem pura, sempre pura.

sou feliz no meu pecado
já pequei por todo mundo
inda hei de pecar mais,
mas o resto do passado

adormecido, profundo
muito mais triste me faz.

já tive tudo no sonho
o reino das sete luas
as luas dos sete reinos.
já fui triste, fui risonho
já tive mulheres nuas
e o segredo do gesto

agora sou o meu canto
sem palavras, nem atitude
neutro no ritmo e na dór
mas por provar teu encanto
por isso meu verso mude
em lírico verso de amor.

fica assim imóvel
deixa te penetrar
meu canto de amargura
somos um no sonho.
pois só nós sabemos:
para o sono fomos feitos
adormecidos vivemos
fabulosos em nós mesmos
somos apenas um cactu.
sim, porque o sono
nos prepara para à morte.
ó no sonho amemos
que o sono é
a vida que não tivemos.



Recordação de Willy Mompou

Para Carlos Moreira

Ó triste e doce Willy, antecipado
aos mistérios da morte e da magia,
antecipasse a própria poesia
nos braços sensuais de um moço alado.

Willy Mompou, o triste adolescente,
em avenidas líquidas chegado,
senhor de um mar, de um peixe, amargurado,
o verso possuiu — o integralmente.

Ouço teu canto antecipando a aurora
e regando os gerânios que plantaste,
que teu corpo de cão cobrem agora.

eu sei que a eternidade te completa
e sempre entregue ao sono sonhaste
foste mais do que nós, foste poeta.



Segundo Soneto do Trapézio

Para Mauro Mota

O meu corpo varado, o picadeiro,
teu corpo sobre mim—estranha pluma—
há de ficar em tí o derradeiro
soluço que perfuma a noite e a bruma.

surge o mar do teu olho feiticeiro
que me cobre de algas e de espuma.
o aplauso suspenso e no terreiro
a face morta sem lembrança alguma.

só restam no soneto teus soluços,
e quando me estendi morto, de braços,
consegui decifrar teu sobresalto.

agora em que m eextingo inopinado,
em tua insônia há de ficar meu salto
como a fuga de um homem inacabado...



A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

(Continuação da pág. 10)

coordenando todo o material até então disponível, deu-nos a primeira classificação etnográfica das tribus brasileiras (2), logo em seguida corrigida por Jules Creveux (3), Lucien Adam (4), Paul Ehrenreich (5), Karl von den Steinen (6) e outros.

Anteriormente a Martius, julgava-se que os indígenas brasileiros constituíam uma só família, dividida em tribus aparentemente diversas, representando os tupis, na frase do historiador brasileiro João Ribeiro, a exemplo dos hebreus, o povo cosmogônico, a que todos os mais se reduziavam. Contribuiu para isso o fato de ser o nosso país uma única unidade política, de modo que nos acostumamos a ver debaixo do Brasil português

procuraram a origem ou a difusão de determinados elementos culturais. A propósito de Alfred Métraux, cabe-me lembrar que esse americanista modificou o quadro tradicional da escola etnográfica alemã, mostrando que os tupi-guaranis constituem um grupo, cuja cultura se compunha de elementos, tendo por centro de dispersão a área limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Tapajoz, a este pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira. Tais elementos, entre outros, eram a maloca (geralmente quadrangular), a rede de algodão, o escabelo de madeira, o pau de cavar, a clava, as armadilhas, a pesca com o emprego do veneno e da barragem, a flecha-arpa, a moquém, a tatuagem, o estojo peniano, o boné e



Dança dos "tapuias" do nordeste do Brasil. Segundo um quadro do pintor holandês Eckhout.

um só Brasil indiano: a "pre-história devia subordinar-se à história" (1).

Ainda a propósito de Martius, convém observar que esse sábio germânico conheceu apenas tribus diferenciadas pelo comércio dos elementos alófilos e, por isso, rebaixou demasiadamente o grau cultural dos aborígenes, gente, no seu entender, decadida ou involuída. Em parte, como diz o prof. Herbert Baldus, essa mentalidade era a da burguesia alemã da época do romantismo, — a casa de um farmacêutico em Erlangen, diversa do castelo de Neuwied, onde se criara o etnólogo dos boto-cudos (2). O sistema empregado na classificação foi o linguístico, pois, na opinião de Ehrenreich, era duvidoso que alguma tribu brasileira, esparsa e por sua natureza inculta, pudesse impor a própria língua a qualquer outro grupo estrangeiro. K. v. d. Steinen mostrou, ainda, a importância dos nomes das partes corporais, de alto valor determinativo, assim como os termos que serviam para designar as relações de parentesco e indicar os fenômenos naturais. Cumpre notar, entretanto, que esses dois últimos etnólogos alemães ainda estavam influenciados pelas fórmulas evolucionistas, pois falavam do animismo como o mais baixo estágio da vida religiosa e consideravam os fenômenos culturais (a origem do fogo, a olaria, o desenho, as máscaras, etc.), estudados entre os índios do Xingu, o campo propício para resolver o problema do desenvolvimento linear progressivo da civilização. Ao lado desse conjunto de cientistas estrangeiros, podemos emparelhar os nomes de Couto de Magalhães, Gonçalves Tocantins, Telêmaco Borba, Barbosa Rodrigues e João Batista de Lacerda (1).

As expedições de K. v. d. Steinen às cabeceiras do Xingu (2) marcam o primeiro contacto de um etnólogo de nomeada com tribus brasileiras, que não tinham tido, até então, nenhuma relação, direta ou indireta, com os brancos. Representam o início de uma série de viagens e pesquisas, por parte dos maiores cientistas europeus, as quais atingem o auge no primeiro quartel do século XX. Entre tais cientistas não podemos esquecer os nomes de Fritz Krause (3) e Koch-Grünberg (4), cujas colheitas enriqueceram os museus de Leipzig, de Stuttgart e de Berlin. Nem esquecer, tampouco, o nome de Curt Nimuendaju, nascido em Jena mas naturalizado brasileiro, tendo adotado mesmo um nome indígena. Curt Nimuendaju conviveu longos anos entre as nossas populações nativas e seus estudos a respeito dos Canela, dos Xerente e dos Apinayé assinalam uma nova fase na história da antropologia brasileira (5). Robert H. Lowie, que teria contribuído muito para a nova orientação, dada por Curt Nimuendaju a seus estudos, também influuiu bastante na tese, bem valiosa, de Paul Kirchhoff, referente à organização parental dos silvícolas sul-americanos (6). É verdade, entretanto, que o primeiro pesquisador de índios, no Brasil, merecedor do nome de etno-sociólogo — tal a opinião de Herbert Baldus — é o padre Antônio Colbacchini, autor da hoje bem conhecida monografia sobre os Bororos Orientais (1).

É de notar que todos esses estudiosos de antropologia brasileira, — inclusive Roquette-Pinto, de nos deu um livro, hoje clássico, a propósito dos Pareisi e dos Nambikwara da Serra do Norte (2), — não encaram, em suas monografias, todos os aspectos físicos e culturais das tribus por eles estudadas. Alguns se preocupavam, de preferência, pela ergologia, outros pela mitologia ou pela linguística. Houve mesmo os que, orientados pelos métodos da escola histórico-cultural, realizaram a localização geográfica dos certos elementos culturais, a exemplo do que fez Hermann Meyer a respeito da distribuição dos tipos de arcos e flexas (3). Ou os que, como Erland Nordenskiöld (4) e Alfred Métraux (5), seguindo orientação mais ou menos semelhante,

o manto de plumas, etc. "Tive ocasião (conclui Alfred Métraux) de demonstrar que, se os tupis tivessem vindo do alto Amazonas, ou do noroeste da América do Sul, teriam, provavelmente, disseminado o tipo de habitação comum àquela região, — a choça de plano oval ou circular". O Brasil jamais poderá pagar os serviços que, no campo da antropologia cultural brasileira, prestou-nos Alfred Métraux.

Esses numerosos estudos já deram lugar a algumas boas sínteses do material antropológico brasileiro, entre as quais podemos citar as de Rodolfo Garcia (1), Walter Krickeberg (2), Pericot y Garcia (3), John Gilen (4) e Paul Radin (5).

Na presente resenha histórica é bem possível que me hajam escapado algumas figuras importantes da antropologia física e cultural do Brasil — um francês como Henri A. Coudreau (6), um italiano como Ermanno Stradelli (7), um alemão como Emil Sneath (8). Ou um português, do Porto, como Simão de Vasconcelos (9).

Os novos trabalhos, orientando-se, quanto às populações indígenas, quer para os estudos antropométricos (Steggerda, Stewart, Bioeca, Ottensooser, Lima, Willems, Ávila) (1), quer para o estudo da mitologia e das idéias religiosas (Schaden, Baldus, Kempf, Ribeiro) (2), quer, ainda, para o estudo das práticas mágicas (Wagley, Mussolini, Métraux, Altenfelder Silva, Ackerknecht) (3), do sistema de parentesco (Drumond, Watson, Philipson, Wagley, Rodrigues) (1), ou dos problemas oriundos dos contactos culturais (Wagley, Ott, Willems, Altenfelder Silva) (2). Na linguística, salientam-se Plínio Ayrosa (3), F. G. Edelweiss (4) e J. Alden Mason (5), e, nas pesquisas sobre grupos sanguíneos entre os nossos índios, Pedro E. de Lima (6). Já que estou falando de grupos sanguíneos, não devo esquecer os ensaios de N. Freire-Maia, aplicados, de preferência, às populações brancas ou mestiças do Brasil. N. Freire-Maia levantou a taxa dos casamentos consanguíneos, reproduzindo, no Brasil, os estudos de Dahlberg na Suécia (7).

Cabe-me salientar que os **Ensaio de Etnologia Brasileira** (8), nos quais Herbert Baldus estuda os "grupos de comer e os grupos de trabalho", isto é, a organização dual dos Tapirapé, são da máxima importância em matéria de antropologia cultural; do mesmo modo, o ensaio de Egon Schader a respeito da mitologia heróica de algumas tribus indígenas do Brasil, considerado um dos melhores que, sobre tal assunto, apareceram recentemente entre nós. Quase todos esses estudos estão relacionados com os dois grandes núcleos intelectuais de São Paulo — a Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não devo esquecer, finalmente, o nome de Florestan Fernandes, autor da obra **Organização Social dos Tupinambá** (1), o trabalho mais completo e profundo, de interesse para a antropologia cultural, que apareceu há poucos tempos no Brasil. Florestan está, atualmente, realizando uma pesquisa, para a Unesco, a respeito do preconceito de cor em São Paulo. Trata-se de um discípulo de Turnwald, que não é tão conhecido quanto este apenas porque tem a desvantagem de escrever em língua portuguesa. Muito embora (diga-se também) a língua portuguesa possua um vocabulário mais rico que várias outras línguas de maior divulgação.

De passagem cumpre dizer que o preconceito de cor não atinge, entre nós, a intensidade observada nos Estados Unidos da América. Negro, no Brasil, "é o indivíduo de caracteres fenotípicos rigorosamente afros". Qualquer mistura, por menor que seja (observa um autor), fá-lo ingressar na categoria de mulato e o passageiro para o branco é coisa fácil (2). Daí dizer Felte Bezerra (3) que possuímos, a esse respeito, apenas discriminações. Assim mesmo tão esmaecidas que existe a

possibilidade para a criação de condições de auto-defesa em favor da personalidade injuriada.

Uma das explicações de tal fenômeno encontra-se no poder de miscigenação do elemento português. Exemplo que talvez tenha contaminado outros elementos de menor densidade demográfica, — o espanhol, o italiano, etc., inclusive o francês. Quanto ao francês, — que se mostra, em alguns casos, menos propenso à miscigenação, recordo que o historiador Capistrano de Abreu afirmava ser o número de pessoas de cabelo louro, no nordeste brasileiro, reveladora da "possança da mestiçagem brasileiro-galiana". E, muito antes de Capistrano de Abreu, já Gabriel Soares de Sousa, senhor-de-engenheiro do século XVI, informava que muitos franceses se amancebaram, na terra, com as índias, deixando uma grande descendência de mamelucos. A mescla entre as nativas e os fribusteiros franceses, parece, realmente, se ter desenvolvido, em maior escala, primeiramente em Pernambuco e em Itamaracá, para, a seguir, espalhar-se pela Paraíba e pelo Rio Grande do Norte (1). O Recife ainda era uma praia de pescadores, com os seus devotos de Santelmo, quando os franceses já andavam negociando, de litoral acima, pau-brasil, peles, óleos, papagaicos, tucanos, maracajás e saguins, — para isso instalando, naquelas regiões, as primeiras feitorias. As feitorias, como se sabe, eram verdadeiros blockhouses artilhados, que se destinavam à guarda e defesa das mercadorias coloniais.

Já agora estamos no campo dos estudos gerais, em que se destacam Oliveira Viana (2) (que tentou determinar a psicologia racial do nosso povo) e Roquette-Pinto (3) (que procurou criar uma terminologia científica para as expressões como **branco**, **mulato** e outras, consagradas pelo uso popular).

As pesquisas de ordem propriamente arqueológica ou paleontológica, entre nós, também deram a sua contribuição aos problemas da antropologia brasileira. O vale do Amazonas — arquipélago Marajoara, Maracá, rio Calsoene, para citar apenas as jazidas mais importantes — é o mais rico de material etnográfico (cemitérios e mounds, célebres por sua cerâmica variada, suas urnas funerárias, seus ídolos, seus maracás). Betty J. Meggers fez, recentemente, um apanhado geral do assunto (1); a literatura clássica inclui, entre outros, os nomes de Ferreira Pena (2). C. F. Hartt (3), Emilio Goeldi (4), E. Nordenskiöld (5) e Heloisa Alberto Torres (6). São típicas as tangas de barro, **folium vitis**, adornadas de desenhos, a que alguns autores atribuem caráter ritual ou propiciatório.

Outras jazidas arqueológicas importantes são ainda: as **sambaquis** (correspondentes aos que, em inglês, se denominam **shellheaps**, alguns da natureza típica do **kjökkenmødding dinamarquês**); as **esteiras** (estudadas pelo etnógrafo brasileiro Raimundo Lopes (7) e equivalentes às aldeias lacustres da Europa); e, finalmente, as **inscrições lapídeas ou rupestres** (os **pedras pintadas** dos espanhóis), tão espalhadas em todo o Brasil e das quais Alfredo de Carvalho deixou-nos um exaustivo estudo (8). Alguém já chamou a atenção para o fato de ser o instrumento lítico americano mais propriamente **alisado** do que **polido**, uma vez que o calhu se oferecia ao operário indígena já arredondado, — observação essa que deu ensejo de dizer-se que, apesar de sua analogia com os objetos neolíticos do Velho Mundo, não se presta o nosso material de pedra a nenhuma base para classificações cronológicas ao gosto da arqueologia clássica. Quanto a Alfredo de Carvalho, quero salientar que, além de historiador e etnólogo, era ele um erudito, tendo vulgarizado, no Brasil, numerosos estudos alemães e holandeses de interesse para a antropologia física e cultural do Brasil, entre os quais o de Georg Friederici sobre a eficácia do arco indígena (2). Materiais arqueológicos também de valor insuperável têm sido recolhidos nas lapas do Estado de Minas Gerais, entre os quais se destacam os fósseis das cavernas do vale do rio das Velhas, afluente do São Francisco, na região genericamente conhecida pelo nome de Lagoa Santa. Foram descobertos e estudados, como se sabe, pelo dr. Peter Lund. A obra de Lund, paralisada, por muito tempo, após a sua morte, prosseguiu recentemente com os trabalhos de Anibal Matos, Arnaldo Cathoud e Harold V. Walter (3). Em 1935, após algumas escavações, encontraram-se, na chamada lapa de Confins, os restos incompletos de um esqueleto humano; cinco anos depois, outro esqueleto humano foi descoberto em Lagoa Funda, próximo da cidade de Pedro Leopoldo. Walter é de parecer que ambos os crânios — o do **Homem de Confins** e o do **Homem de Pedro Leopoldo** — exumados dentro de depósitos pleistocênicos e associados com vários espécimes da fauna fóssil (entre os quais figura o tatu gigante), embora semelhantes aos da Lagoa Santa, apresentam características consideradas primitivas, tais como, prognatismo, testa baixa, ossos cranianos espessos, mandíbulas fortes com ramos muito largos e buraco mentoniano mais atrás (no **Homem de Pedro Leopoldo**). (1) O antropólogo argentino S. Canals Frau atribue ao **Homem de Confins** uma antiguidade de dez mil anos (2). Achá Walter que os dois achados se prestam a interessantes e valiosas contribuições ao problema do povoamento primitivo da América. Os trabalhos prosseguem e só os acontecimentos futuros poderão esclarecer melhor o assunto.

As descobertas de Lund vieram alentar os defenso-

(Continua na pág. 13)

NA CONVENÇÃO DO P.S.D.

Marcha resoluta para a conquista de métodos e processos políticos que correspondam a nossos legítimos interesses

Realizou-se, no dia 1.º de outubro, na Convenção Regional do Partido Social Democrático, para homologação da candidatura do senador Etelvino Lins ao Governo do Estado. As 9 horas, na sede do partido, teve início a Convenção, com a apresentação e autenticação das credenciais de todos os diretores. As 15.30 horas foi homologada a candidatura do ilustre pernambucano, por unanimidade de votos.

NO THEATRO SANTA ISABEL

As 21 horas no Teatro Santa Isabel, que apresentou um aspecto festivo e ao qual compareceu uma grande massa humana, realizou-se a sessão de encerramento do importante certame político. Compareceram o governador Torres Galvão, representante do prefeito do Recife, deputados federais e estaduais do PSD e da Coligação, secretários de Estado, próceres políticos da Capital e do Interior. A presidência coube ao sr. Jarbas Maranhão, vice-presidente da Comissão Executiva do PSD, em exercício no cargo de presidente.

OS ORADORES

Abrindo a sessão da noite, falou o sr. Jarbas Maranhão, dizendo do objetivo daquela reunião a que compareciam os adeptos do saudoso professor Agamenon Magalhães para homenagear a candidatura do senador Etelvino Lins ao Governo de Pernambuco. Em seguida, deu a palavra ao sr. Torres Galvão, que prestou, no seu discurso, em nome dos companheiros do partido, uma homenagem à memória do extinto governador, analisando que o clima de compreensão e entendimento que hoje se desfruta em Pernambuco se deve à obra patriótica do professor Agamenon Magalhães à frente dos destinos do nosso Estado.

O orador seguinte foi o sr. Oscar Carneiro, que falou em nome dos deputados federais, mudando o candidato. Seguiram-se os srs. Nilo Pereira, em nome da bancada possedista na Assembleia Legislativa; o sr. Jarbas Maranhão, na qualidade de presidente em exercício do PSD, seção local; sr. José Pontes Vieira, saudando os convençãois; senador Etelvino Lins, cujo discurso damos no final destas notas; sr. Paulo Germano, interpretando o pensamento do Diretor do Recife; sr. Emílio Cavalcanti, representando a população da zona do agreste; sr. Heráclio do Rêgo, em nome da zona da mata; sr. Nestor Cavalcanti, pelo Serviço; sr. Lamartine de Holanda, em nome dos trabalhadores; prefeito Cunha Primo, em nome dos operários do Estado; estudante Paulo Queiroz, representando os universitários.

VARIEDADE NA UNIDADE

Após receber uma grande ovacão, o senador Etelvino Lins deu início ao seu discurso, proferindo as seguintes palavras:

"Exmas. Senhoras, Senhoras, Meus companheiros de Partido: Já vos afirmei repetidas vezes,

Discurso do senador Etelvino Lins, no Teatro Santa Isabel -- "Estamos vivendo uma hora histórica" -- Em memória do professor Agamenon Magalhães -- Os oradores da Convenção Regional do Partido Social Democrático -- Grande massa humana affluu ao velho Teatro para assistir à homologação da candidatura possedista ao governo de Pernambuco -- Outras notas

e em fases diversas das nossas atividades políticas, nos últimos anos, que o nosso Partido nasceu sob o signo da resistência e da luta. E hoje desejo aqui proclamar, na oportunidade desta Convenção, que essas palavras simbólicas jamais foram tão dignas de registro e tão oportunas. Quer em 45, quer em 47, quer em 50, resistimos e lutávamos, nem sempre bem compreendidos, com os mais elevados e sadios propósitos de bem servir os sagrados interesses de Pernambuco e do País. Resistimos e lutávamos — e outro não era o pensamento da direção do nosso Partido — alimentando a esperança, que nos parecia longínqua, de realizarmos um dia, virtudes os ressentimentos e revidadas as incompreensões, aquilo ideal de cordialidade democrática a que já me referi em pronunciamentos públicos: variedade na unidade. Unidade no sentimento comum do bem público e variedade nas manifestações convergentes, mas autônomas, desse sentimento, através das diversas forças políticas do Estado, dentro da vocação pernambucana de irreduzível fidelidade aos interesses coletivos.

Nessa ordem de considerações, permiti-vos fazer aqui uma revelação: já em 45 quando me comunicava a escolha do meu nome para o pósto de Interventor Federal, dizia-me Agamenon Magalhães que me sentisse bem à vontade, e com plenos poderes para agir em consonância com os meus desejos de união das forças morais e constitutivas do Estado. A luta, todavia pela eleição presidencial, vinha de ser deflagrada as posições estavam tomadas e nada poderia ser realizado no sentido de tão respeitável desiderato o que não me impediu tentasse ainda sem resultado, embora alcançado esse objetivo, por intermédio do engenheiro Manuel de Azevedo Leão, tão depressa tive notícia do decreto de minha nomeação para a Interventoria Federal. Esforço idêntico fazíamos mais adiante com a escolha de Barbosa Lima Sobrinho como candidato ao Governo do Estado, nas eleições de janeiro de 47. Espírito sereno sem maiores incompatibilidades no meio político acreditávamos pudéssemos o seu nome merecer o apoio das demais forças partidárias. Os outros fatos os nossos esforços de 1950, no mesmo sentido, são de ontem, e não preciso rememorar-los...

"AS RAIZES DO TRIUNFO"

Tendes, pois, aí as raízes profundas do grande triunfo que acabamos de conquistar, triunfo menos nosso, menos de quaisquer partidos ou homens públicos, do que de Pernambuco, cuja unidade política há de lhe restituir, e já começa a lhe restituir,

a liderança histórica que as divisões internas nos arrebataram.

Foi por isso, e para isso, meus companheiros de Partido, que lutamos e resistimos. E aqui volto, então, ao que vos disse de início: jamais foram tão oportunas aquelas palavras que, mais do que nunca, devem servir de lição hoje a todos nós: resistência e luta. A todos nós, sim — não aos possedistas apenas, mas a todas as forças partidárias que necessitam de escrever: tão admirável página de compreensão democrática — para que possamos em-

tidário, para o trabalho de aperfeiçoamento da nossa economia com a solução dos nossos problemas de base, ao mesmo tempo que permita a marcha resoluta para a conquista de métodos e processos políticos que correspondam aos legítimos interesses nacionais.

Definido já foi, com a clareza indispensável, o pensamento político de que resultou a união dos pernambucanos. Não assenta em argumentos de natureza política apenas. Assenta também, e sobretudo, na realidade jurídica criada pela legislação vigente com o sistema de repre-

ENTENDIMENTO NO PLANO ELEVADO

Como salientei em discurso proferido recentemente no Rio, na singular homenagem que me prestaram os companheiros do Senado, houve em nosso Estado um entendimento em plano elevado, acima de quaisquer interesses subalternos e inconferíveis, acima das competições personalistas, sem acomodações recíprocas, sem a discussão, sequer, da composição do futuro governo ou de casos municipais, um entendimento à altura das

de que estejamos a caminhar, com esse entendimento, para o edifício da Casa do Povo — a Assembleia Legislativa Estadual. Não é não! A livre crítica continuará em toda a sua plenitude, e tudo farei no sentido de estimular, pela jamais descaída contribuição para a educação política das massas populares, as causas, e irritadas até com a maratona demagógica dos nossos dias.

HOMENAGEM AS FORÇAS PARTIDÁRIAS

Meus companheiros de Partido: Rendamos aqui as nossas homenagens especiais às forças partidárias que escreveram o eloquente capítulo da nossa vida política: a União Democrática Nacional, o Partido Social Progressista, o Partido Democrata Cristão, o Partido Libertador, o Partido Republicano, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Trabalhista, o Partido de Representação Popular e o Partido Republicano Trabalhista.

FATO INEDITO

Senhores: Unidos assim, em entendimento inédito na vida política de Estado e do próprio país, marcharemos resolutamente, decididamente, sem olhar para os lados, para a estrada larga dos altos interesses administrativos de Pernambuco, tão bem equacionados pelo precursor da unidade política pernambucana — Agamenon Magalhães — cujas diretrizes de governo não sofrerão solução de continuidade.

O plano rodoviário, as medidas de estímulo à produção, as de caráter social, de assistência aos humildes e desamparados, a preocupação constante, enfim, de dar vitalidade econômica ao nosso Estado, única maneira de combater o pauperismo e a miséria, eis, em síntese, o programa que não será interrompido.

Temos, todavia, e era dispensável dizê-lo, de enquadrar o Estado num trem de vida modesta, compatível com as graves dificuldades das suas condições financeiras, com pequenos saldos que nada significam à vista da despesa mensal com o funcionalismo, compatível, principalmente, com um orçamento em que se acha previsto, para o ano próximo, um déficit superior a duzentos milhões de cruzeiros, como já salientava Agamenon Magalhães na sua última mensagem ao Poder Legislativo.

Assim agindo, senhores, e seremos assim, faremos a nossa preparação para receber a energia elétrica daquela obra de que depende a redenção econômica do nordeste e o futuro de Pernambuco — a gigantesca obra de Paulo Afonso."



O senador Etelvino Lins, ladeado pelos srs. Armando Monteiro, Francisco Veras e Pereira Borges, discute com os representantes da indústria, agricultura e comércio, os problemas básicos do Estado.

gar incompreensões, fazer esforço obtinido e enérgico de reeducação política, extirpar vícios, consolidar, enfim, em bases seguras, o novo pensamento político que nos uniu e que, a esta altura, digo-vos com emoção e orgulho de pernambucano, parece inspirar os quadros políticos nacionais, para a obra de vulto que o Brasil está a reclamar do patriotismo de todos os seus filhos.

MÉTODOS E PROCESSOS NOVOS

Estamos vivendo, sem dúvida, uma hora histórica, com as mais promissoras perspectivas de que algo de novo poderá surgir para a vida política do país, através de um esquema alto que possa realizar o milagre de amplo e seguro entendimento interpar-

lamentarismo disfarçado. Daí a tendência acentuada e incontrolável no plano nacional e em certos Estados — São Paulo, por exemplo — para os governos de entendimento interpartidário, sempre desejáveis quando estabelecidos por antecipação, abertamente, francamente, corajosamente, e sempre desagradáveis e decepcionantes, quando realizados sob formas de disfarce, depois das disputas eleitorais.

tradições de dignidade e cultura política de Pernambuco, para a execução do qual os Partidos, que se uniram em torno de minha candidatura, se dão as mãos no propósito comum de recuperação econômica e social do Estado e de afirmação das suas forças morais. Um entendimento, em suma, em que para o candidato — vale repetir — não há outros compromissos senão os altos compromissos morais do mais completo respeito ao princípio democrático, e mesmo constitucional, das fronteiras partidárias, que não podem ser ultrapassadas pela preocupação de fragmentar, dividir ou absorver.

Há outro aspecto, no nosso entendimento interpartidário, que faço questão de salientar. É que me repugna a interpretação maliciosa e de todo improcedente,

Cia. SIDERURGICA NACIONAL **FORD** FORD. MOTOR COMPANY, ESPORTS. INC.

"FORD E MERCURY"

ARMINDO C. MOURA

RECIFE FONES, 7493 e 7494 RUA IMPERIAL, 1669/75 End. Electr. CHAMPION CAIXA POSTAL, 333 INSC. 5280 Recife -- Pernambuco

São João do Nordeste

(Continuação da pág. 2)

tas palavras, repassadas de verdadeiro fetichismo, anestesiavam-lhe as plantas, de si revestidas de verdadeira couraça pelo hábito de andar descalças». (10)

2 Sobre esta cena o poema de Ascenção Ferreira:

Em frente à fogueira
Zuza espadado,
benzeu-se sereno
e fez oração:
— chô — cão!
— chô — cão!

Depois levantou
a vista prô céu
pra ver se o espiava
senhor São João!

E meteu os pés nusinhos nas brazas de
[fogo quente.
— Danou-se, só quem tem os pés de sola!
Porém Zuza, vadiando, andou prá lá e
[prá cá!

Caxetando se agachou pondo fogo no
cachimbo!
Depois, puxando a pistola, atirou fixe no
[chão!

Viva senhor São João!
— Vivôôô! (11)

Encontra-se desaparecida uma das mais pitorescas tradições nordestinas de São João: a tradição do livro de sorte. No Recife, principalmente, era verdadeiro encanto das noites não apenas sanjoanescas; também das de Santo Antônio e São Pedro. Interessava a meninos e meninas, moças e rapazes, solteiros e casados, velhos e velhas, pois todos estavam contemplados nas superstições feitas em versos de sete sílabas e a todos dedicados em páginas especiais. Doze quadras numeradas, contendo as mais diferentes respostas às mais diferentes perguntas: Qual será a minha profissão? Meu casamento está próximo? Viajarei? Terei filhos? Farei fortuna? Minha vida será longa? Tenho amigos fiéis? Que me acontecerá este ano?

Reuniam-se os grupos, os da família e os vizinhos, em torno da mesa de jantar ou na sala de visitas, depois da ceia na base do milho verde. Escolhiam os temas, e era como se um oráculo de poesia popular indicasse o destino dos consulentes, através da pessoa aclamada para recitar as profecias das trovas correspondentes a cada número anunciado. Gente havia capaz de ir para a cama impressionada com o que lhe fora revelado. E sonhar até com o futuro marido ou com o navio de luxo no qual deveria fazer a volta do mundo.

Em geral, apareciam nesses livros uns poetas espertos. Não queriam desapontar ninguém e só rimavam boas profecias. Na parte da riqueza, por exemplo, não nos deixavam espiando a maré: reuniam bilhetes de loteria premiados, negócios fabulosos, casamentos dos chamados bom partido, heranças, e tudo distribuíam com engenho e arte, mais a uns, menos a outros, mas a uns e a outros contemplando. Matando os leitores de morte na cama e somente na extrema velhice, não deixando nenhum deles pobre de Jô, aliando dúzias de noivas e noivos, prontos a seguir para a Igreja, os livros de sorte tiveram grande prestígio.

Parece-me que o mais importante deles existiu no Recife e chamava-se «Estrêlas de Junho», editado pelo «Diário de Pernambuco», ainda nos tempos de Carlos Lira Filho e Jader de Andrade. Esse não era apenas de sorte: era uma espécie de almanaque circulando no meio do ano. E também de revista literária. Trazia informações sobre muita coisa, fotografias sobre os principais acontecimentos do semestre. Nele brilhavam estrêlas não somente de Junho: os beletristas provincianos mais influentes, com os seus contos, os seus sonetos, as suas narrativas sobre a cabeça do Batista e a dança de Solomé.

Um jovem folclorista do Rio Grande do Norte, Veríssimo de Melo, publicou (12) uma das melhores variantes do sonho de São João, que corre o Nordeste inteiro. Ou melhor, não corre: para, em Junho, debaixo do travesseiro de tudo quanto é moça: «Meu São João Batista, vós, dormindo, sonhaste que Jesus era preso na rua da Amargura. Assim como vosso sonho foi certo e vitorioso, mostrai hoje em sonho...» o futuro noivo? (Rezam-se três padres nossos e três ave-marias).

O mesmo autor reúne, com a devida explicação de cada uma, a série de superstições adotadas pela nossa gente, algumas nossas conhecidas pela prática na adolescência: o copo e a aliança, os três pratos, as bolas de farinha, as bacias e os botes de papel, os pingos de vela dentro d'água, a clara de ovo, o espelho, a pessoa que avistar, o dente de alho, a chave, a água na boca, a flor, a mesa posta, o tostão, os objetos na mesa, os carvões, as agulhas, o mangerício no telhado, o caroco de milho no pirão, os nós na ponta do lençol, a pimenta, a faca na bananeira e a imagem na água.

Quem de nós não enfiou, certa noite distante, a faca na bananeira do quintal, para, na manhã seguinte, champolnicamente decifrar o nome da pessoa amada ou que viria a ser amada, no meio das nódoas da resina da planta na lâmina de aço?

Quem não recorda uma menina que morreu em Junho, como aquela do conhecido soneto de Ademar Tavares:

«Ela não viu a imagem na corrente,
Quando ao rio em São João se foi banhar
E voltou para casa descontente
com os lindos olhos baixos a chorar»

O outro Junho chegou e ela partia
morta no seu caixão, magoado o rosto,
ó meu primeiro amor, é flor de um dia.

E outros meninos ou meninas vítimas das próprias noites comemorativas de São João? Noites que ressurgem, às vezes, do fundo de nossa memória, manchadas de luto e desespero. Deante da fogueira, dos balões, do fogo de vista, aparece-nos o cenário de carne humana assada, carne de gente da nossa cidade, companheiros da nossa infância.

Os pequenos incidentes, os dedos dos meninos queimados com diabinho ou cara-dura e tratados com manteiga de mesa, esses não contam.

As leves cicatrizes, quando ficam, ficam como um «souvenir» para a idade adulta.

O que dói pelo resto da vida é a lembrança da traição de certos tipos de fo-

gos que explodiram em falso, dilacerando mãos ou braços de quem brincava com eles no maior entusiasmo; fazendo quemaduras de terceiro grau em corpos de moças ou rapazes; envolvendo de pólvora ardente rostos e olhos juvenis; mandando às pressas para a farmácia ou o hospital meninos aos gritos nos braços dos pais em louca aflição.

Muitos de nós fomos testemunhas ou até participantes de cenas como essas que deram uma nota de tragédia aos festejos quando iam mais animados. Tragédia às vezes chegando ao auge, originadas sempre pela imprudência fatal de um riscar de fósforos ou de uma ponta de cigarro acesa em casa de fabricante ou vendedor de fogos. Foi o que aconteceu no Recife, há cerca de dez anos, como o Bazar Santo Antônio. Tarde de chamas e velórias na rua do Rangel. Em minutos, o Bazar virou cinzas. E quase cinzas viraram os corpos de seu proprietário, da mulher, do filho e da nora. Impedidos de correr pela frente, trancaram-se todos no banheiro, mas não adiantou. Lá o fogo chegou, rápido, para matá-los.

Desgraça semelhante houve, antes, em Nazaré, para encerrar dolorosamente o destino do velho fogueteiro Valentim Negromonte, surpreendido em plena atividade.

Durante quarenta anos, fabricara as suas bombas, as suas ronqueiras, e as suas girândolas, sem tostar o polegar sequer. Mas squêle 23 de Junho era o seu dia. Deu-se a combustão espontânea, com estampidos de abalar a cidade. Nada ficou da oficina além do chão preto. Do fogueteiro e de seus ajudantes, ficaram os corpos irreconhecíveis.

Despontam esses fatos do meio de muitos outros, quase iguais. Com as novas invenções pirotécnicas, crescem, de ano a ano, as estatísticas de acidentados pelo São João. Sabendo disso, a população deve prevenir-se. Se é impossível dizer: com fogo não se brinca, podemos dizer: brinca-se com fogo, mas sem dar muita confiança.

Uma das lembranças que mais nos ligam aos Junhos consumidos é a dos foguinhos queimados para sempre. Quase os desconhecemos hoje quando os compramos para os nossos filhos. Podem ser até mais bonitos, mas, para nós, não têm a beleza dos outros. Os nomes são preciosos: fontes maravilhosas, de Paris, de pérolas e orientais; coroa real, plumas de pavão, palmeiras, lágrimas de salão, jasmim, vesúvio, luar paulista, luar de Paquetá, moiteiro de flores, aspirais, assobio pirotécnico. Antes eram simplesmente estrelinhas, rodinhas, espantacoió, pistolas, mijões, buscapês, traques de massa, traque encarnado, peido de velha.

Todos nós conservamos nos dedos, como pequenas tatuagens de amor, o vestígio de um mijão, a sua leve queimadura. E nos dedos sentimos ainda a leve carícia da mãe que nos socorreu, trazendo nas mãos o remédio caseiro, que, para nós, estava simplesmente naquelas mãos e na sua carícia.

Associamo-nos tanto no Nordeste aos acontecimentos de São João que deles jamais nos separamos. Eles continuam em nosso espírito como uma infância sempre iluminada.

Ouvimos as velhas orquestras de nos-

sas cidadezinhas, vemos as limalhas zigzagueantes, marcando a superfície das noites com um ferro em brasa.

As vezes, vem tirar-nos desta abstração, que desejamos cercada de caraduras verdes, a explosão das transvaliações contra a qual me insurgi. E então sentimos que a fogueira apagou há muito tempo. E que, no lugar dela, só existem cinzas. As cinzas da lenha e as cinzas do nosso encantamento.

E então, senhores rotarianos, só temos uma coisa a fazer: revolver as cinzas, ouvindo o «Profundamente», de Manuel Bandeira:

«Quando ontem adormeci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondo de bombas e luzes de Bengala
Vozes, cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas.
No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes
Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um tunel.
Onde estavam os que há pouco
danzavam
cantavam
E riam
Ao pé das fogueiras acesas?
— Estavam todos dormindo
Estavam todos deitados
Dormindo
Profundamente. (13)

Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de S. João
Porque adormeci.
Hoje não ouço mais as vozes daquele

[tempo

Minha avó
Meu avô
Totonio Rodrigues
Tomasia
Rosa

Onde estão todos eles?
— Estão todos dormindo
Estão todos deitados,
Dormindo
Profundamente. (13)

- (x) Palestra no Rotary Clube do Recife, em 19-6-52.
- (1) Frei Vicente Salvador — História do Brasil, 3ª edição. Comp. Melhoramentos de São Paulo. Pág. 393.
- (2) Gilberto Freyre. — Casa Grande e Senzala, 1ª edição. Rio — 1934. (Págs. 246 e 277).
- (3) Pereira da Costa. «Folk-Lore Pernambucano». Revista do Instituto Histórico. Págs. 179 e seguintes.
- (4) Rodrigues de Carvalho — Cancioneiro do Norte — Paraíba, 1928, 2ª edição (Pág. 71).
- (5) Obra e pág. citadas.
- (6) Euclides da Cunha. Os Sertões, (Págs. 129 e 130). Edição Francisco Alves & Cia. — Rio.
- (7) Otoniel Menezes — Sertão de Espinho e Flor. (Págs. 94, 95 e 99). Departamento de Imprensa, Natal, 1952.
- (8) Théo Brandão — Trovas Populares de Alagoas. Edições Caeté, Maceió — 1961.
- (9) Luiz da Câmara Cascudo — Vaqueiros e Cantadores — BIC — Edição Globo — 1937 (Pág. 172).
- (10) Rodrigues de Carvalho, obra citada, pág. 68.
- (11) Ascenção Ferreira — Cana Calana — Recife, 1939.
- (12) Veríssimo de Melo — Superstições de São João. Pequenas Edições Bando, Natal, 1949. Edição aumentada. C.E.B. Rio — 1961.
- (13) Manuel Bandeira. Festas Completas, 2ª Edição aumentada. C.E.B. Rio — 1961.

A LOTERIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

É UM SIMBOLO DE CONFIANÇA NO FUTURO!

PENSE NO FUTURO, adquirindo os bilhetes da Loteria do Estado de Pernambuco

EM TODAS AS RUAS DO RECIFE E CIDADES DO INTERIOR JA' CHEGOU A FAMA DE SUA UTILIDADE!

Holandêses-Portuguêses

MARIO LACERDA de MELLO

Não sou um historiador. Tenho a honra de fazer parte, porém não nessa qualidade, de uma casa de historiadores, este Instituto, cuja contribuição aos estudos históricos brasileiros e pernambucanos quem a procurasse exaltar, estaria apenas dizendo o que todos sabem. De um modesto interessado nos assuntos de nossa história econômica e da geografia humana, não podeis esperar as palavras mais adequadas a comemorações como a de hoje. Não podeis esperar palavras autorizadas como as que seriam ditas por companheiros ilustres.

Temos, porém, um presidente do feito de Luiz Estêvão de Oliveira. E se nos pode ser lícito eximirmo-nos por uma vez a uma sua convocação, não nos é permitido declinar, pela segunda vez, de um seu convite honroso, sempre envolvido de cativante fidalguia. Há o temor de que esta atitude pareça uma fuga à colaboração, devida por todos nós ao homem que está marcando sua gestão como uma fase viva e de trabalhos fecundos no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Esse motivo explica a minha presença, um tanto temerária, nesta tribuna. Serve também para me dar direito à benevolência de tantos doutos, ora presentes, na matéria de que me tenho de ocupar.

I — COLONIZAÇÃO CONTRA COLONIZAÇÃO

Existem por certo vários ângulos sob os quais pode ser estudado o período de dominação holandesa. Para o estudioso da história econômica geral, o episódio teria sido um embate, em cenário sul americano, entre o poderio mercantil ibérico — o primeiro a emprestar caráter realmente mundial à evolução econômica — de um lado, e, de outro, o novo mas já vigoroso poder marítimo e comercial dos neerlandeses. Para o interes-

ador. O historiador de nossa formação política estaria atento sobretudo à possível, embora controversa, influência da luta contra o invasor, ou do resultado dessa luta, sobre a formação do espírito de nacionalidade.

E, ainda, quantos outros aspectos atraentes oferece esse período de quase um quarto de século!

Tivemos de escolher um desses planos de análise. Fixamo-nos nas questões diretamente relacionadas com o problema da colonização.

Quem comemora a insurreição pernambucana e a vitória das armas luso-brasileiras sobre o invasor neerlandês está, de certo modo, exaltando a superioridade de um sistema de colonização, o lusitano, sobre o que o procurou substituir, no Brasil, no século XVII. Existe assim, oportunidade para um exame, que tentaremos fazer, dentro de limitações óbvias, dos fatores econômicos e sociais do malogro da colonização holandesa no Brasil. E' esta uma forma de homenagem a aqueles nossos antepassados que se levantaram em arma e expulsaram o invasor.

Devemos registrar ser a fase dos flamengos uma das épocas mais pesquisadas de nossa história colonial, uma das que mais têm atraído a atenção dos estudiosos. Entre os historiadores contemporâneos, onde a preocupação maior já não é com a história de superfície, a dos fatos militares e políticos, mas o do conhecimento digamos vertical da sociedade no passado e de sua evolução, seria justo mencionar um Herman Wätjen com sua contribuição fundamental, um José Honório Rodrigues, um José Antônio Gonçalves de Melo, neto. A vocação de pesquisador e historiógrafo deste último novos créditos está constituindo para com a cultura histórica brasileira pela valiosa documentação que, no momento, vai encontrando em arquivos de Portugal.

Desses autores, principalmente, são as informações de que nos valem, numa tentativa de emprestar-lhes,

econômica, como o período do capitalismo comercial. O julgamento terá de partir de valores econômicos e sociais. De valores geográficos, igualmente, conforme veremos.

As atividades derivadas da expansão marítima dos portugueses apresentam características que as colocam em plano superior às de seus sucessores da Holanda. Estas são eminentemente mercantis. Aquelas são também colonizadoras, empregado o termo aqui na acepção de capacidade de criar novas civilizações nas áreas ocupadas.

A expansão holandesa, ocorrida já no auge da revolução comercial, tem maior sentido capitalista. Já se havia fundado (1608) o Banco de Amsterdã quando se constituíram as companhias de comércio que iriam operar contra o monopólio mercantil mantido pelos portugueses e espanhóis. Já uma doutrina jurídica, a do "mare liberum" de Grotius, informada ou encomendada pelo interesse econômico dos mercadores batavos, legitimava a ação de seus navios nos domínios que o papa repartira com os ibéricos. Já se expandira o protestantismo. Calvino já considerara os lucros dos negócios comerciais e industriais tão legítimos quanto os decorrentes da atividade agrícola. Já se constituíam sociedades de capitais na Holanda, pelos calvinistas e judeus, inclusive os israelitas expulsos de Portugal pelo terror do Santo Ofício.

E' compreensível que na atividade de uma empresa comercial como a Companhia das Índias Ocidentais houvesse muito mais cupidez e sobretudo muito mais imediatismo do que na obra colonizadora dirigida pelos reis de Portugal a quem interessavam outros aspectos afora o lucro mercantil imediato. Nem se argumente com o caso de Maurício de Nassau, tão decantado. O príncipe alemão também teve seus erros. E quando não os tivesse tido, o certo é que não se harmonizou sua política com os objetivos da Companhia, entrou em conflito com o Conselho dos XIX e teve de abandonar a colônia. Para a maioria dos diretores, como escreve Wätjen, «o Brasil era uma península que cumpria apressar até onde se pudesse. Nenhuma outra preocupação tinham senão, "por meio da distribuição de altos dividendos, manter estável a cotação das ações". Não serve, assim, o exemplo nassoviano para mostrar excelências dos processos colonizadores holandeses. Serve antes, para evidenciar que, fora dos lucros e dividendos da grande empresa, nada interessava aos seus objetivos.

Esse sentido mais mercantil do que propriamente colonizador seria um dos fatores do fracasso do holandês em Pernambuco. Não que o espírito comercial estivesse fora das cogitações e das atividades portuguesas. Isso seria impossível. Os fatos mostram, entre tanto, que eram menos imediatistas em seus interesses econômicos.

III — COLONIZAÇÃO POR SUPERPOSIÇÃO

Reconhecidamente complexa, sabe-se que a função de colonizar supõe determinadas qualidades nos povos que, descobrindo ou conquistando regiões pouco ou não exploradas e de estágio cultural inferior, devem efetuar sua ocupação econômica, promover sua "mise-en-valleur". Qualidades, umas, em termos de geografia humana, relativas à capacidade de adaptação passiva. Outras referentes à capacidade de adaptação ativa, modificadora.

O empreendimento colonizador implica na transplantação para área nova de um conjunto de elementos materiais e espirituais de cultura que deverão operar em novo meio natural. Outras condições de posição, de clima, de solo, de flora, de fauna estarão a exigir o emprego de técnicas a elas adequadas. Da atuação dos velhos elementos culturais no meio natural novo, valores novos se criam. Eis aí a condição essencial à formação de nacionalidades novas. Para ela contribue igualmente a disseminação de elementos culturais desconhecidos dos nativos e o recebimento pelo colonizador de elementos originários da região. Muda-se, em consequência, a paisagem natural em paisagem cultural ou transforma-se a paisagem cultural encontrada, pelo influxo de novos elementos modificadores. "Nada é mais nítido do que a colonização, como fenômeno de geografia humana", nota George Hardy.

Outros não têm sido, através da história, os complexos processos de formação de numerosos povos e nações. E quanto maior a facilidade com que um povo em expansão a eles se ajustam, tanto maiores são as suas qualidades colonizadoras.

O português os havia pôsto em prática em Pernambuco, quando aqui chegou o invasor flamengo. O maior elogio, como a justiça mais devida pela história à obra do grande Duarte Coelho e da estirpe de Duarte Coelho, consiste em verificar e em proclamar que seus processos de ocupação colonizadora correspondem, em grande parte, àquilo que o estado atual dos conhecimentos, nes-



Recife dos primeiros anos da ocupação holandesa. Reprodução de uma gravura do livro de Joannes de Laet, sem indicação do autor

sado particularmente na questão da expansão colonial verificada a partir dos grandes descobrimentos marítimos, significaria a disputa pela Holanda de uma área de vitoriosa ocupação portuguesa nos trópicos, a qual estava pagando muito bem, em açúcar e pau de tinta, as despesas e o trabalho daquele povo que aqui se estabeleceu e para aqui trouxe os elementos de sua cultura espiritual e material, juntamente com os negros buscaseiros às costas d'África. Tratar-se-ia, neste caso, de "um capítulo de história colonial do século XVII", como está no sub-título do livro de Herman Wätjen. Os mais interessados na história das religiões e das lutas religiosas terão no acontecimento uma como manifestação, na América, das guerras entre católicos e reformados ou entre países fiéis a Roma e ao papa e nações rebeldes contra a Igreja Romana.

Qualquer desses ângulos de análise vincula o acontecimento à corrente maior e mais ampla da História Universal. Em qualquer deles, a história estará sendo feita de fora para dentro e do todo para a parte. Um procedimento metodológico inverso, o que focasse o acontecimento como parte ou capítulo da história da formação brasileira, apresentaria igualmente planos diversos de observação e análise.

Poderia ser, para quem desejasse examinar o fenômeno da ocupação colonizadora do Brasil, uma tentativa de se implantarem processos novos nessa ocupação, devidos a um povo de cultura enormemente diversa da portuguesa, ibérica e latina. Aos historiadores da economia brasileira, iriam impressionar de modo especial o fato de se tratar de uma guerra do açúcar, as vicissitudes por que passaram os engenhos, as crises da produção agrícola, o papel da finança mercantil e judia, os caracteres e métodos de exploração econômica do in-

teresse em relação ao tema escolhido, tratamento interpretativo e sistemático.

O exame de aspectos econômicos e sociais da colonização flamenga no Nordeste Brasileiro conduz à convicção de que tais aspectos foram outros tantos fatores do fracasso do empreendimento batavo em nossa terra. Não seria possível o sucesso. Nem seria desejável. E' como, na observação de Gaspar Dias Ferreira, citada por José Higino e por José Honório Rodrigues: — "A conquista do Brasil Setentrional, pelas armas de uma companhia de mercadores, se explica como empresa militar e enquanto durasse a guerra, podendo daí advir lucros tão consideráveis para os acionistas, quanto perdas para o inimigo. Mas, como empresa colonial, destinada a florescer na paz e pela paz, o seu malogro devia ser previsto. Era vitorioso intento fundar uma colônia, em províncias cultivadas por portugueses, distanciadamente conquistadores por línguas, crenças, costumes e instituições, e de cujo concurso dependia, aliás, a prosperidade da mesma colônia".

II — O MERCANTILISMO HOLANDÊS

A história da ocupação das novas terras descobertas, de que foram pioneiros os portugueses, sabe-se que é, em quase todos os casos, misturada com massacres de populações indígenas, dissolução dos costumes, pilhagens, crueldades, desordens, crimes e pecados de toda natureza, praticados em razão mesmo do móvel comum ao empreendimento colonizador: — o interesse mercantil. Seria difícil, por isso, um julgamento dos povos colonizadores à base de valores éticos. A época dos grandes cometimentos da colonização européia da Idade Moderna está bem definida, em termos de história